

Democratizar a gestão da Petrobrás é fundamental no combate à corrupção



Mais de duas semanas após a FUP ter cobrado da presidente da Petrobrás acesso e participação nas investigações internas que apuram irregularidades na empresa, nenhuma resposta foi dada às representações sindicais. As propostas apresentadas pelos trabalhadores para combate à corrupção também foram solenemente ignoradas por Graça Foster. Esta tem sido a cultura perpetuada na Petrobrás desde os anos da ditadura militar: manter os trabalhadores à margem dos processos decisórios e dotar de super poderes os gestores.

“Sem mecanismos democráticos de controle da gestão da Petrobrás, a corrupção não será efetivamente combatida”, ressalta o coordenador da FUP, José Maria Rangel. Mas, pelo visto, os dirigentes da empresa ainda não entenderam que o autoritarismo herdado dos governos militares tem sido uma das principais causas de desvios de gestão.

“As gerências gozam de autonomia absoluta para agirem como bem entender, sem qualquer tipo de controle social. Formam uma espécie de casta protegida pela direção, que por sua vez trata de forma corporativa os amigos do rei”, explica Zé Maria.

Quem não se lembra da operação Águas Profundas, em 2007, quando a Polícia Federal desbaratou um esquema de fraudes em licitações para serviços de reparo em plataformas? Na época, 26 pessoas foram indiciadas, inclusive um poderoso gerente da Bacia de Campos, que, chegou a ser preso, apontado como um dos principais responsáveis pelo esquema. Em vez de demiti-lo, a Petrobrás aplicou uma punição de 29 dias de suspensão e depois o transferiu para uma estratégica gerência do Cenpes. Já com os funcionários do “baixo clero”, a ordem dos gestores foi e continua sendo não ter piedade.

Casos e mais casos de impunidade

Recentemente, o jornalista Ricardo Boechat, em seu programa na rádio BandNews, classificou como “oportunista” a declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que sentia vergonha dos casos de corrupção na Petrobrás. Boechat lembrou que no governo FHC também houve denúncias de desvios de gestão.

Uma das mais marcantes foi o caso Marítima, empresa que entre 1994 e 1997 “ganhou” sem licitação diversos contratos de construção de plataformas, entre elas a P-36, que, devido a um erro de projeto, afundou em março de 2001, matando 11 trabalhadores. A denúncia foi feita pelas representações sindicais, mas nenhum gestor da Petrobrás foi responsabilizado. Já os petroleiros que denunciaram o esquema foram punidos e perseguidos durante anos.

O próprio Ricardo Boechat ganhou um prêmio Esso de jornalismo em 1989 com uma reportagem que denunciou a cobrança de comissões na contratação de bancos privados que prestavam serviço para a empresa. No mesmo ano, o jornal O Estado de São Paulo denunciou o envolvimento de um diretor da Petrobrás em esquema de superfaturamento de contratos para aluguel de sondas de perfurações.

A história se repetiu em vários outros escândalos de desvios de gestão, sem que qualquer executivo da empresa tenha sido devidamente punido.

Chapa apoiada pela FUP vence eleição no Sindipetro Caxias

Com apoio da FUP e da CUT, a **Chapa 1 - Unidade Nacional** venceu a eleição do Sindipetro Duque de Caxias por 54,1% dos votos. O atual presidente do Sindicato e diretor da FUP, Simão Zanardi, foi reeleito para mais um mandato de três anos. “Os trabalhadores, mais uma vez, deixaram claro que o fortalecimento da unidade nacional deve continuar pautando o movimento sindical petroleiro em suas lutas”, ressaltou o sindicalista.

Foram quatro dias de votação em uma disputa acirrada entre as duas chapas. Ao todo, 1.255 trabalhadores sindicalizados participaram da eleição. A Chapa 1 conquistou 670 votos e a Chapa 2 obteve 569. Foram ainda computados 16 votos nulos e brancos. A FUP parabeniza a chapa vencedora e todos os pe-



troleiros que deram exemplo de democracia sindical, comparecendo em massa às urnas.

Desde dezembro do ano passado, quando os sindicatos petroleiros iniciaram as eleições para renovação de suas diretorias, as chapas fupis-

tas foram referendadas pela categoria na maioria das bases. Das 13 eleições realizadas ao longo deste período, 11 diretorias eleitas integram o campo da FUP: Duque de Caxias, Unificado-SP, NF, MG, PR/SC, CE, RS, ES, BA, PE/PB e AM.

Petrobrás quer transferir conta da crise para os trabalhadores

Assim como tentaram fazer na crise de 2008, os gestores da Petrobrás querem transferir para os trabalhadores os impactos financeiros das denúncias de corrupção na empresa. Como as demonstrações contábeis do terceiro trimestre ainda não foram divulgadas pois estão sendo

revisadas por auditores externos, a ordem da direção da estatal é economizar.

Corre pelos corredores da empresa determinações gerenciais para enxugar custos e reduzir investimentos. Ou seja, em vez buscar soluções criativas para lidar com o problema, a direção da Petrobrás quer en-

frentar a crise com receitas neoliberais. “Parece que não aprenderam nada com Lula em 2008. Se naquela crise econômica, o governo tivesse sucumbido ao mercado, cortando investimentos, a Petrobrás e o Brasil parariam”, destaca o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

FUP e aposentados ocupam a Petros e exigem pagamento dos níveis



O Conselho Deliberativo da Petros foi pego de surpresa durante reunião do último dia 28, cuja pauta abordava, entre outros pontos, a contratação de uma assessoria jurídica para realizar um parecer sobre o

pagamento dos níveis aos aposentados. Na ocasião, a direção da FUP e cerca de 50 aposentados ocuparam o nono andar da fundação para pressionar o Conselho a aprovar o acordo, independente de algum

parecer externo. Além disso, os petroleiros também exigiram que a Petros apresentasse um calendário de pagamento dos níveis devidos aos aposentados e pensionistas.

Após a pressão dos petroleiros, que condicionaram o fim da ocupação ao atendimento das reivindicações, o presidente do Conselho Deliberativo informou que foi aprovada a contratação do escritório jurídico para emitir um parecer sobre o tema até o próximo dia 08. Uma reunião extraordinária do Conselho foi marcada para o dia 10, para decidir sobre o pagamento dos níveis. A direção da FUP, os aposentados e pensionistas continuam vigilantes às ações Petros quanto à aprovação e a apresentação do calendário de pagamento.

Termina sem acordo audiência do TST sobre RMNR



Terminou sem acordo a audiência de conciliação no TST, realizada no último dia 03, onde a Petrobrás ingressou com Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica para tentar reverter os resultados das ações de RMNR ganhas pela FUP e seus sindicatos. A empresa novamente se recusou a apresentar uma proposta que garanta o pagamento correto do complemento remuneratório, como determina a Sessão de Dissídios Individuais do Tribunal (SDI).

A Petrobrás continua insistindo que

não tem condições financeiras de cumprir a decisão e quer desta maneira influenciar o julgamento do TST para fugir do debate da matéria jurídica, cuja decisão do Tribunal já lhe foi desfavorável na SDI. A estratégia da empresa foi apresentar planilhas financeiras manipuladas, que utilizam médias simples e não ponderadas com as remunerações mais altas da folha de pagamento, a maioria referente a trabalhadores em final de carreira, cujos valores foram ainda mais turbinados com

acréscimos de horas extras.

Na audiência de conciliação inaugural, realizada no dia 18 de novembro, a Petrobrás chegou a informar à vice-presidência do TST que existiriam 5.281 trabalhadores em regime de turno com remuneração superior ao teto constitucional estabelecido para o servidor público. A FUP contestou a informação, esclarecendo que, de acordo com as próprias tabelas apresentadas esta semana pela empresa nos autos do processo, existem 130 trabalhadores que recebem acima do teto constitucional, dos quais 127 são de nível superior e três de nível médio.

Como não houve acordo na audiência de Conciliação, o TST estabeleceu prazo de dez dias para que a FUP e os sindicatos contestem as tabelas de remunerações apresentadas pela Petrobrás e também determinou que as entidades sindicais tenham acesso à íntegra da folha de pagamento da empresa. Em seguida, o processo será encaminhado para emissão de parecer e posterior sorteio do relator que irá analisá-lo na Sessão de Dissídios Coletivos.

Cinco sindicatos falaram em nome de toda a categoria e propuseram nada receber

Às escondidas da FUP e de seus sindicatos, os dissidentes, que saíram da CUT para receber o Imposto Sindical em uma nova Central, procuraram o vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra, e ofertaram uma “proposta de acordo” sobre a RMNR. A proposta procurava beneficiar suas respectivas bases, praticamente ignorando a posição firmada na Seção de Dissídios Individuais do TST, a favor dos trabalhadores. **Vejam os detalhes:**

PESSOAL EM REGIME ADMINISTRATIVO - Pleiteavam a incorporação da atual VP ao salário. Até aí, nada de mais.

ADMINISTRATIVOS QUE RECEBEM PERICULOSIDADE Reivindicaram o pagamento da Periculosidade “a quem está exposto à condição”. Esse encaminhamento lançaria no lixo uma importante conquista dos trabalhadores, a periculosidade no critério intra muros. Não acreditamos em má fé, mas em inabilidade dos dissidentes, nesse ponto.

APOSENTADOS - A “solução” passaria pela unificação das tabelas, nos moldes do PCAC, o que não tem nenhuma relação com a questão em disputa, a RMNR.

DIFERENÇAS DA RMNR - O mais cruel da proposta reside nesse ponto, pois pleitearam um acordo tratando somente dos pagamentos atrasados, o passivo, sem cuidar de regradar o pagamento do que se entende devido. Mas isso, claro, os companheiros dos sindicatos dissidentes, que se arvoram revolucionários e atacam a FUP a todo momento, não divulgaram para seus associados.

Depoimento da FUP em CPI é adiado

A audiência da CPI da Petrobrás no Senado, onde os dirigentes da FUP prestariam depoimento sobre as condições de segurança nas plataformas, foi cancelada pelos parlamentares devido à sessão do Congresso Nacional agendada para o mesmo horário. A audiência estava prevista para ocorrer na manhã do dia 03 de dezembro, mas o Congresso estava mobilizado pela votação da proposta do Executivo de alteração da meta de superávit primário. Ainda não foi agendada a nova data para o depoimento da FUP na CPI.

Edição 1163 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Textos: Alessandra Murteira e Caroline Cavassa - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

Ser militante não é ser “militonto”

Artigo recente do jornalista Breno Altman, diretor editorial do site Opera Mundi, ganhou as redes sociais e tem tudo a ver com a atual conjuntura que os militantes da esquerda enfrentam. Leia a íntegra do texto:

O militonto recebe as decisões da presidente da República e não admite qualquer crítica. Quem ousar fazê-lo, é aliado objetivo da direita.

O militante não vacila em apoiar o governo e defender a presidente, especialmente diante da escalada reacionária. Mas não abdica do direito e do dever de pensar com a própria cabeça, criticando o que lhe parece errado na estratégia adotada e concebendo essa atitude como indispensável na ação política.

O militonto tudo explica e justifica através de um pacote fechado e imutável: a correlação de forças no parlamento. Serve como uma espécie de álibi para defender o governo de qualquer crítica por adotar políticas conciliatórias, mesmo as que podem ser um tiro no pé.

O militante encara com seriedade a tal correlação de forças, mas com o objetivo de alterá-la a favor da esquerda. Sabe que negociações e composições são inevitáveis, necessárias, mas deseja forçá-las ao limite.

O militonto ficou acostumado a pensar correlação de forças apenas ou principalmente como uma questão institucional, parlamentar. A mobilização social e a luta de massas não entram de verdade em seu cálculos como hipótese para pressionar as instituições desde seu exterior.



O militante não descuida da governabilidade institucional. Mas aprendeu, nesses doze anos e várias crises, que também é imprescindível a construção de governabilidade social. Sabe, a propósito, que as maiorias parlamentares de orientação progressista somente foram formadas, na história do Brasil, quando o povo organizado e mobilizado obrigou o Parlamento a dançar sua música.

O militonto costuma achar que divide a esquerda quem entra em desacordo com ações do governo. Não admite que, às vezes, pode ser o governo quem divide a esquerda com suas ações.

O militante quer a unidade da esquerda e das forças progressistas. Mas acha que a pedra angular desse processo vai além de apoiar ou não o governo: depende de um programa unificador e de uma estratégia de coalizão do campo popular.

O militonto acha que o passado fornece crédito infinito, no presente e no futuro. Por tudo o que foi feito, e definitivamente não é pouco, o governo deveria ser defendido incondicionalmente e qualquer crítica seria descabida por princípio.

O militante reivindica os enormes avanços promovidos pelo governo e se mobiliza para defendê-los, mas não acha que o passado basta para garantir o presente e o futuro, que devem ser discutidos sempre com espírito crítico e aberto.

O militonto é superlativo e hiperbólico em relação aos líderes do governo e do partido. Sua frase estruturante: “eles sabem o que fazem...”

O militante respeita e admira os chefes históricos da esquerda, mas a vida já ensinou que também são passíveis de erros e confusões. Considera, portanto, que os instrumentos coletivos são mais qualificados que as clarivências individuais e esses só podem ser construídos pelo debate franco e desabrido de todos os temas.

O militonto é governista e acha que isso basta para resolver todos os problemas.

O militante defende o governo contra a direita, mas busca ser um revolucionário, um lutador social, para quem governar é apenas parte, ainda que imprescindível, de um processo estratégico mais amplo, o da transformação do país.